

II fórum  Brasil

**ENERGIA &
DESAFIOS
SOCIOAMBIENTAIS**

pela evolução sustentável do
setor elétrico brasileiro

PROGRAMAÇÃO

- 10h00 Diagnóstico, Propostas e Debate
 - Planejamento da Expansão
 - Licenciamento Ambiental
 - Custos Ambientais
- 11h20 Intervalo
- 11h30 Diagnóstico, Propostas e Debate
 - Interferências no Processo
 - Conflitos Legais
- 12h45 Apresentação do Código de Ética Socioambiental
- 13h00 Encerramento e Almoço

PARTICIPANTES

Apresentação do Tema e Propostas:

Sidney Rezende

Jornalista

Debatedores:

Márcia Camargo

Coordenadora Executiva do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental do Ministério das Minas e Energia

Deborah Duprat

Subprocuradora da República, Coordenadora da VI Câmara do Ministério Público Federal

Liana John

Editora Executiva da Revista Terra da Gente

Célio Bermann

Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo

Gil Maranhão Neto

Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Suez Energy International

Claudio J. D. Sales

Presidente do Instituto Acende Brasil

II fórum  Acende Brasil

**ENERGIA &
DESAFIOS
SOCIOAMBIENTAIS**

para as ações sustentáveis do
setor e Minas Gerais

TEMAS

Planejamento da Expansão

- Novas Fronteiras
- Mudança da Matriz Energética *vis a vis* Fontes de Energia

Licenciamento Ambiental

- Prazos

Custos Ambientais

- Compensação Ambiental
- Impacto da Imprevisibilidade nos Custos

Interferências no Processo

- Uso Político
- Ações do Ministério Público
- Invasões e Atos de Vandalismo

Conflitos Legais

- Conflito de Competências

PROPOSTA 1



- Elaborar e licenciar os seguintes Instrumentos de Planejamento:
 - Avaliação Ambiental Integrada (AAI)
 - Zoneamento Ecológico - Econômico (ZEE)

Os instrumentos acima, se feitos com a devida antecedência, podem acelerar o licenciamento ambiental dos empreendimentos

Avaliação Ambiental Integrada (AAI)

Estudo de todo o rio, buscando os melhores locais para a construção das usinas, levando em conta o menor impacto ambiental, a menor área inundada e o menor comprometimento da fauna e da flora.

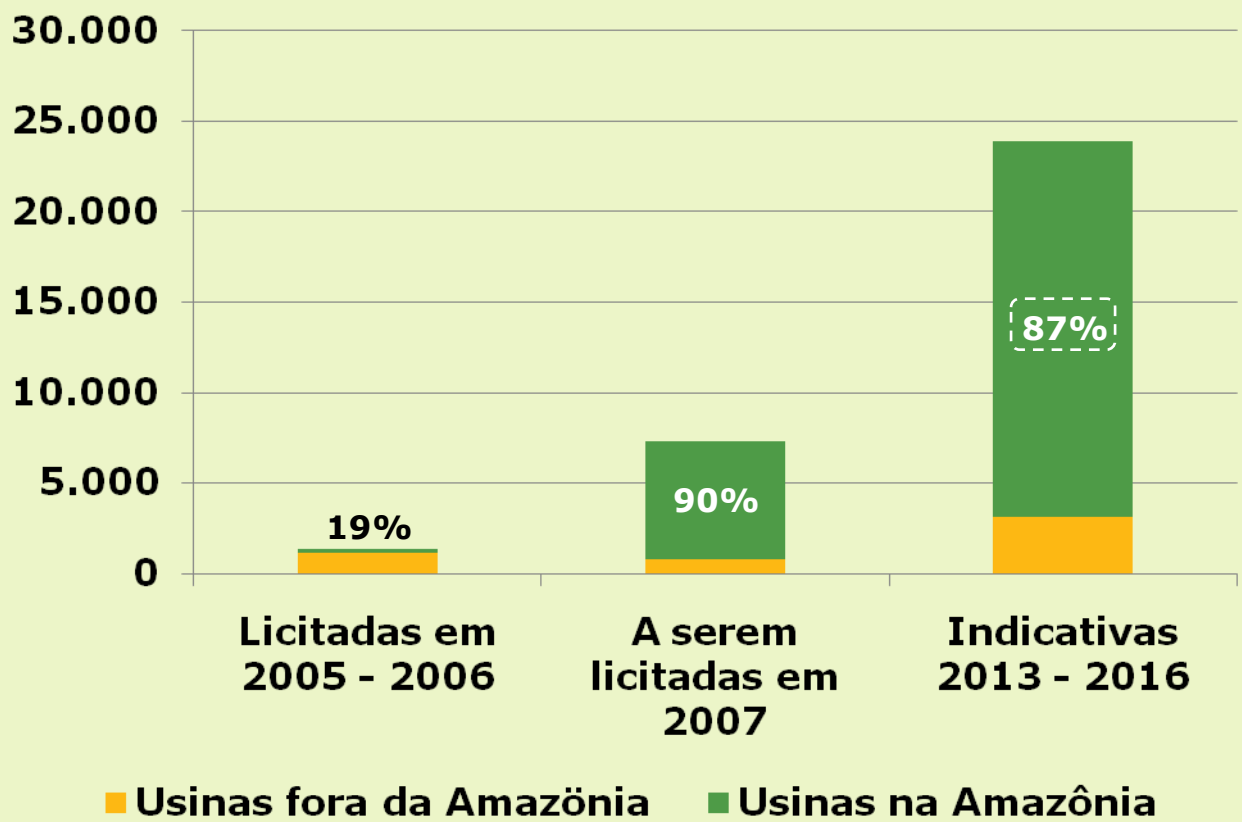
Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)

Define padrões regionais para conciliar o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental.

87% das usinas a serem construídas está na Amazônia



Potência hidrelétrica prevista para a Amazônia, em MW

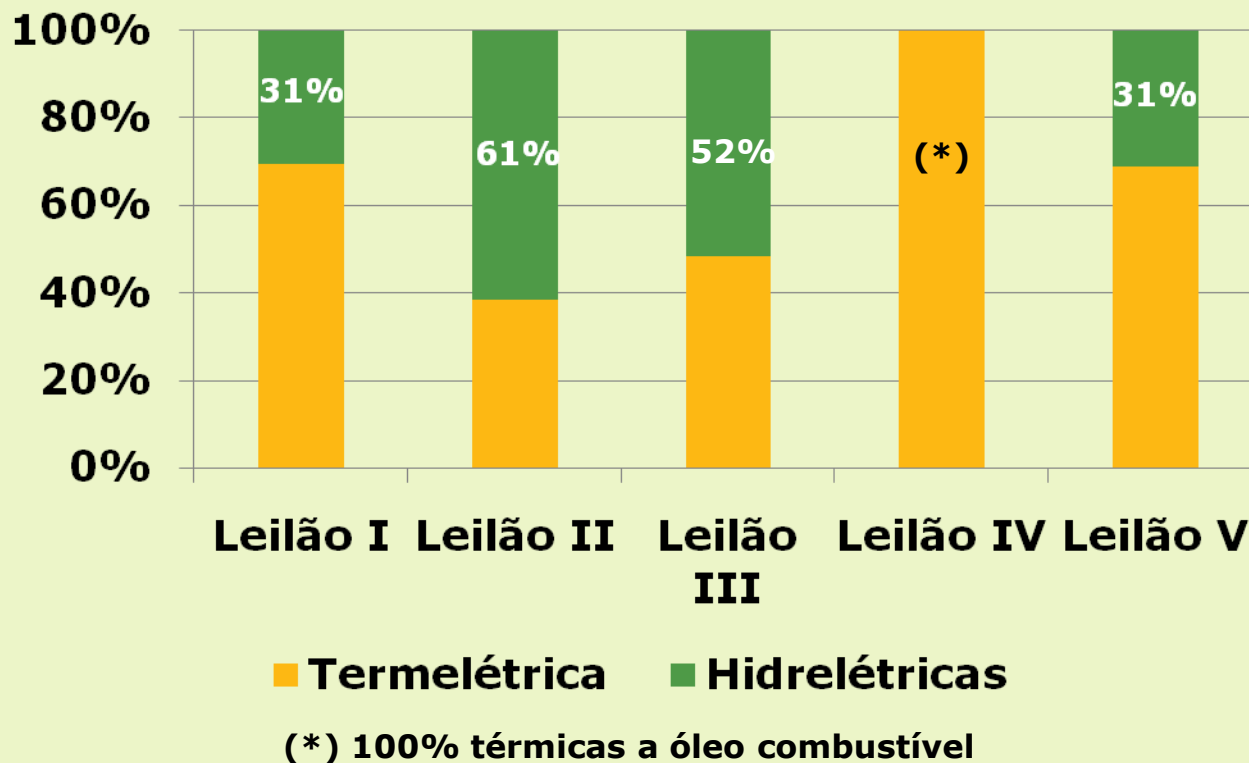


Fonte: EPE, Plano Decenal de Energia 2007-2016, 2007

Diminuição da participação de hidrelétricas, aumento de termelétricas: tendência?



Energia vendida nos últimos leilões de energia, por fonte



Fonte: MME, 2007

Temos um desafio

II fórum **fazende** Brasil

**ENERGIA &
DESAFIOS
SOCIOAMBIENTAIS**

para enfrentar sustentabilidade do
setor e Mitigar impactos

MATÉRIA DE CAPA

CRESCIMENTO E MEIO AMBIENTE

Vista aérea do Rio Madeira, na qual está prevista a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

por **LUCAS PEDREIRA LAPA**

O Brasil está em estado de alerta. Precisa urgentemente de obras de infra-estrutura de grande porte. É necessário, por exemplo, investir no setor de energia, para afastar o risco de apagão e incrementar rodovias e portos, para não comprometer a circulação de bens e mercadorias. O alto custo do transporte de bens aumenta o valor dos produtos nacionais, que perdem competitividade no mercado internacional. Caso as mudanças não sejam emergenciais, o setor produtivo tende a estagnar e o custo-Brazil certamente ficará mais elevado.

No entanto, deve-se verificar que obras desse calibre se refletem no meio ambiente e o que é preciso fazer para minimizar, ao máximo, o impacto ambiental.

PROPOSTA 2

- Simplificar os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e certificá-los por uma terceira parte

Certificação - Atestado e declaração que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) foi elaborado de acordo com o definido pelo órgão ambiental.

Estudos ambientais são extensos e muitas vezes incompletos

...estudos de impacto ambiental foram criticados por especialistas e contestados por promotor

São Paulo, domingo, 09 de julho de 2006

FOLHA DE S.PAULO **ciência**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Usina polêmica vai a leilão em setembro

Hidrelétrica de Dardanelos, situada em área considerada prioritária para a conservação, ameaça ecoturismo em MT

Estado deu licença prévia à obra, cujos estudos de impacto ambiental foram criticados por especialistas e contestados por promotor

Fernando Donasci/Folha Imagem



O salto das Andorinhas, a 15 minutos a pé do centro de Aripuanã, que

PROPOSTA 3

- Melhorar a gestão dos processos de licenciamento ambiental, com **administração dos prazos** previstos na Instrução Normativa 65/2005 do Ibama para licenciamento ambiental

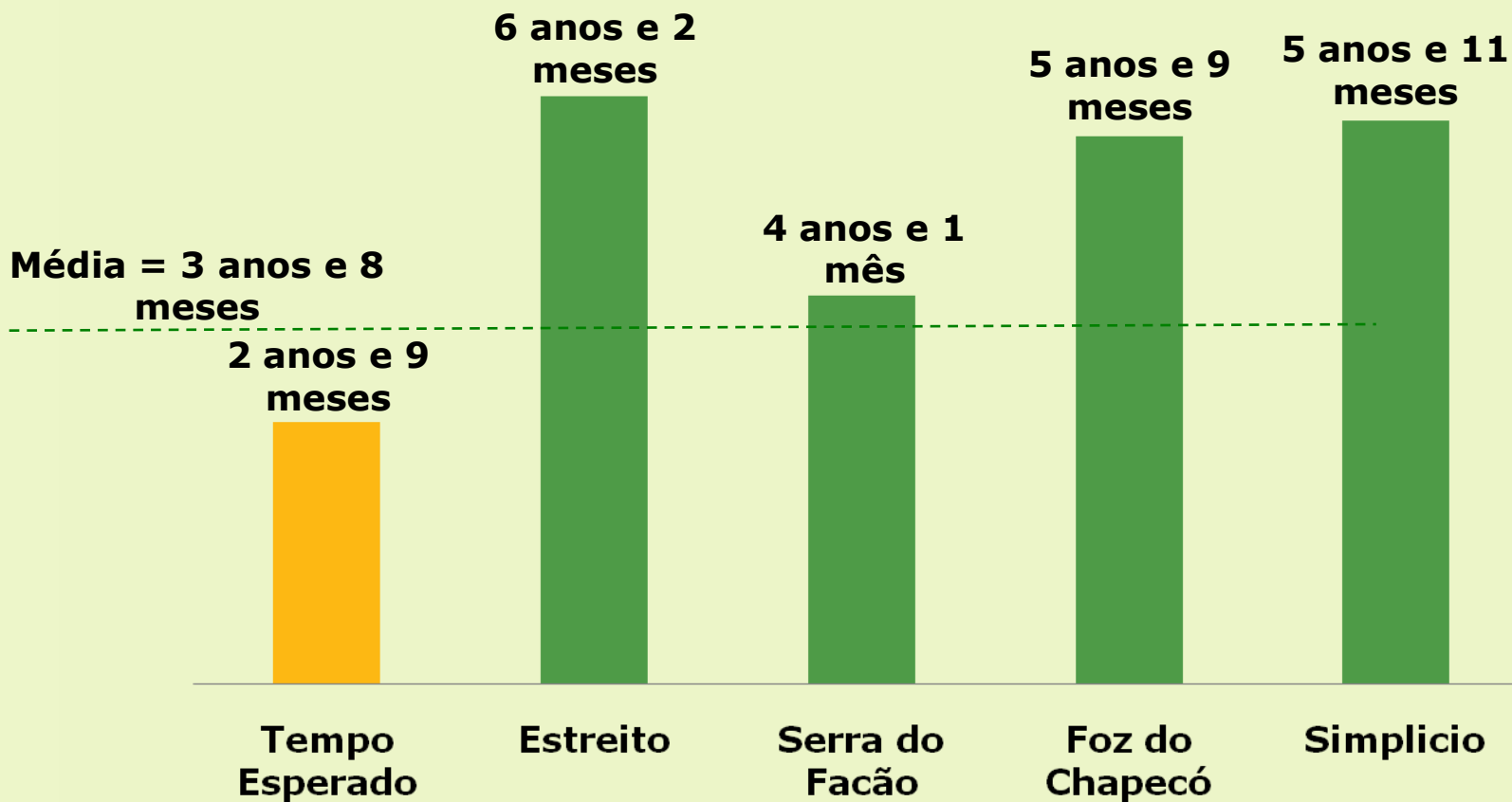
O tempo de licenciamento ambiental supera os prazos estabelecidos pelo Ibama/Conama

Etapas	Prazos Estabelecidos	Média Observada
Aprovação do Termo de Referência	<ul style="list-style-type: none">▪ 30 dias Instrução Normativa 65/2005	<ul style="list-style-type: none">▪ 1 ano e 1 mês
Aprovação EIA/RIMA	<ul style="list-style-type: none">▪ 60 dias aprovação abrangência▪ 120 dias parecer de mérito - IN 65/2005	<ul style="list-style-type: none">▪ 1 ano e 7 meses
Realização Audiência Pública	<ul style="list-style-type: none">▪ 45 dias após aprovação EIA	<ul style="list-style-type: none">▪ 8 meses
Emissão da Licença Prévia	<ul style="list-style-type: none">▪ Até 1 ano CONAMA nº 237/1997▪ Máximo 270 dias Instrução Normativa 65/2005	<ul style="list-style-type: none">▪ 3 anos e 3 meses

Fonte: Dados preliminares do relatório do Banco Mundial referentes a 63 empreendimentos licenciados pelo IBAMA entre os anos de 1997 e 2006.

Os prazos de licenciamento são superiores aos previstos em lei

Período entre o Início do Licenciamento e a Emissão da Licença de Instalação



Como reduzir os prazos de licenciamento ambiental?



PAC EMPERRADO

DILMA ROUSSEF FAZ PRESSÃO

>Discussões sobre a agilização das licenças ambientais continuam quentes entre os ministros

O crescimento sedará com a devida proteção ambiental, dentro das normas e parâmetros legais

OBRAS PARADAS EM RONDÔNIA

>O principal entrave é a demora em dar aval para as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia

Lula quer agilidade do Ibama

>Cobrança pode vir novamente hoje em Brasília

No primeiro balanço da principal aposta do segundo mandato, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o presidente Lula vai ter de voltar a falar de um assunto que tem ficado o mato do dor de cabeça nos últimos dias: a demora do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em conceder licenças para obras consideradas estratégicas.

Apesar de comandar um dos ministérios mais importantes do governo, o Meio Ambiente, a ministra Marina Silva não havia sido chamada até ontem para a solenidade de hoje. A justificativa é o primeiro balanço da principal aposta do segundo mandato, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o presidente Lula vai ter de voltar a falar de um assunto que tem ficado o mato do dor de cabeça nos últimos dias: a demora do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em conceder licenças para obras consideradas estratégicas.

co Mendes de Biodiversidade e Conservação. O ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, disse ontem ao JF que o crescimento gerado pelo PAC não será às custas do meio ambiente. "O crescimento sedará com a devida proteção ambiental. A obra do Rio Madeira vai sair como ocorreu com outras obras importantes, entre elas a transposição do Rio São Francisco", afirmou Martins.



O presidente Lula vai minimizar os problemas do PAC, mas cobrará agilidade do Ibama para as licenças ambientais

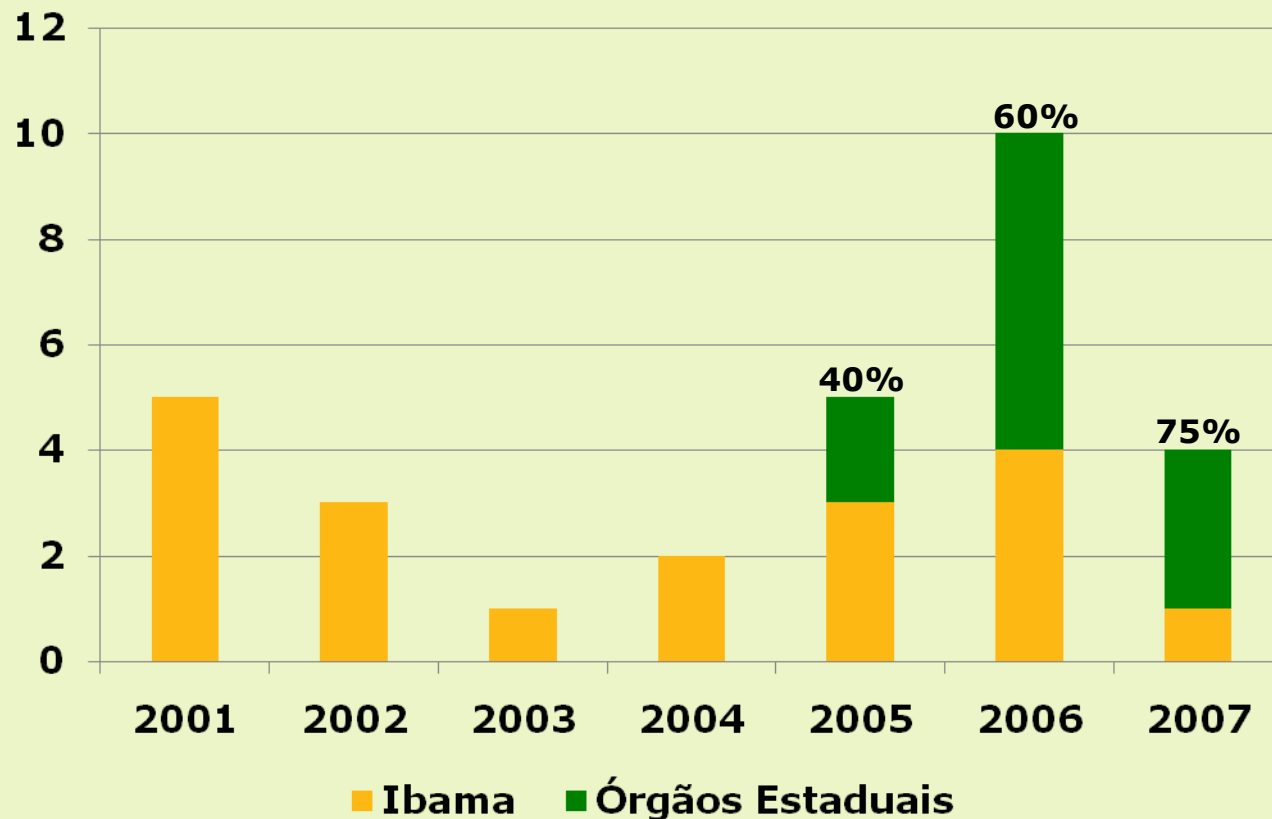
>Presidente Lula vai tentar minimizar dificuldades no discurso de hoje

PAC: 30% das obras com problemas

Está aumentando a participação dos Estados no licenciamento ambiental



Número de Licenças de Instalação



Fonte: Ibama e Aneel, compilado pelo Instituto Acende Brasil

PROPOSTA 4

- Definir o valor da compensação ambiental:
 - antes do leilão
 - fixo em 0,5% do custo do empreendimento
 - descontado o valor investido em programas ambientais durante a obra

Compensação Ambiental

Recurso financeiro, proveniente de empreendimentos, destinado à implantação e manutenção de **unidades de conservação**. O montante de recursos não pode ser inferior a 0,5% do custo do empreendimento.

Unidades de Conservação

Espaço territorial, protegido por lei, com características naturais importantes para o ecossistema.

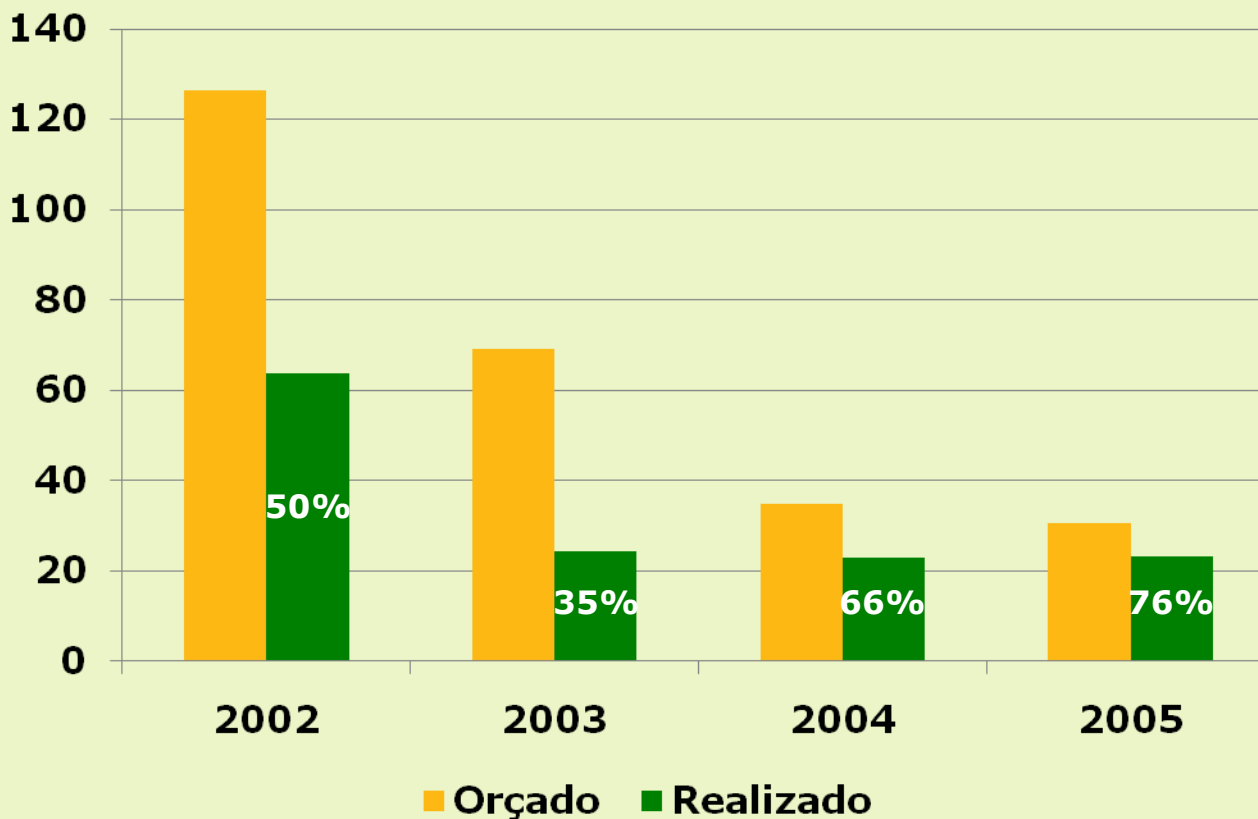
As Unidades de Conservação possuem duas fontes de recursos: o orçamento da União e as compensações ambientais que são pagas por empreendedores.

Compensação ambiental Novo imposto?

- Apenas 51,5% do orçamento para as Unidades de Conservação foi investido no período de 2002 a 2005*
- No período de 2001 a 2005, por exemplo, o Ibama recebeu R\$ 113 milhões como compensação ambiental e não se sabe como e se esse dinheiro foi utilizado
- O valor médio da compensação ambiental é 0,7% do custo do empreendimento, mas pode chegar a 1,5%

Os recursos da União para Unidades de Conservação não são utilizados

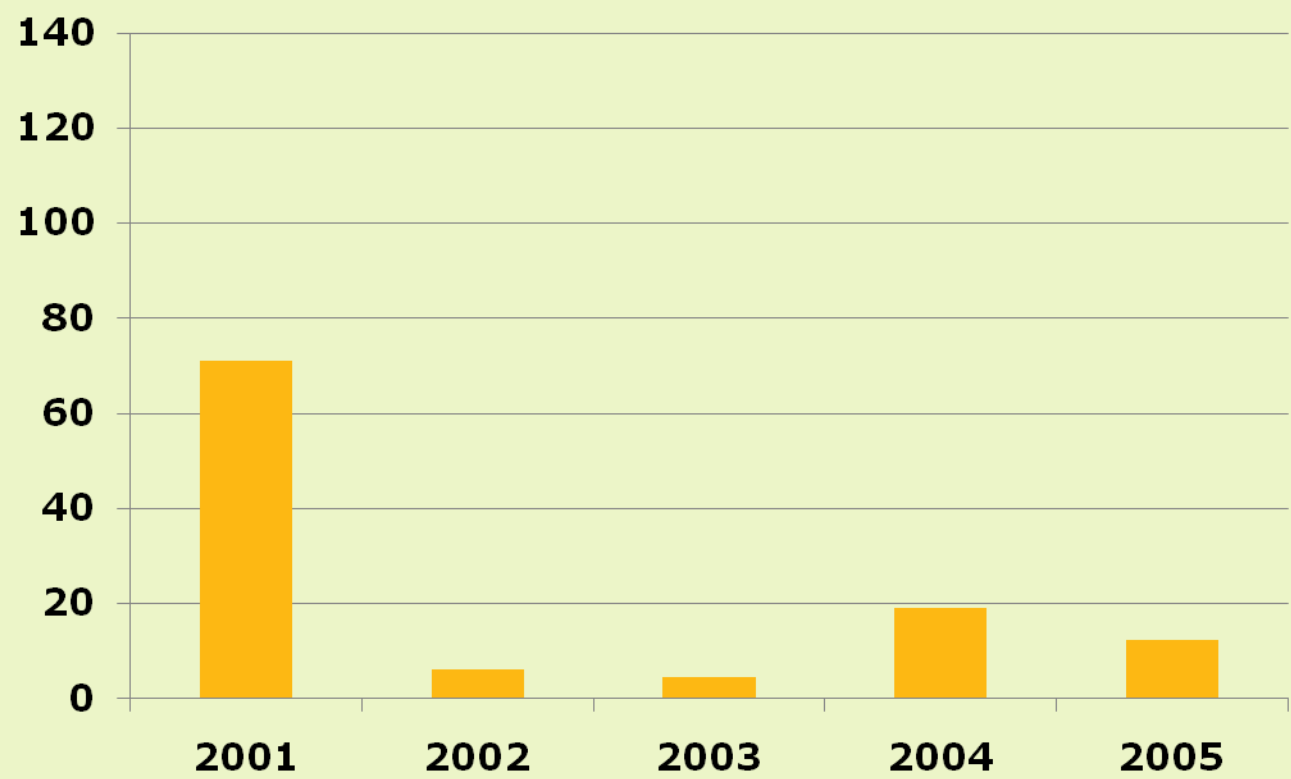
Recursos da União para Unidades de Conservação, em milhões de reais



Como tem sido utilizado o recurso da compensação ambiental, pago pelos empreendedores?

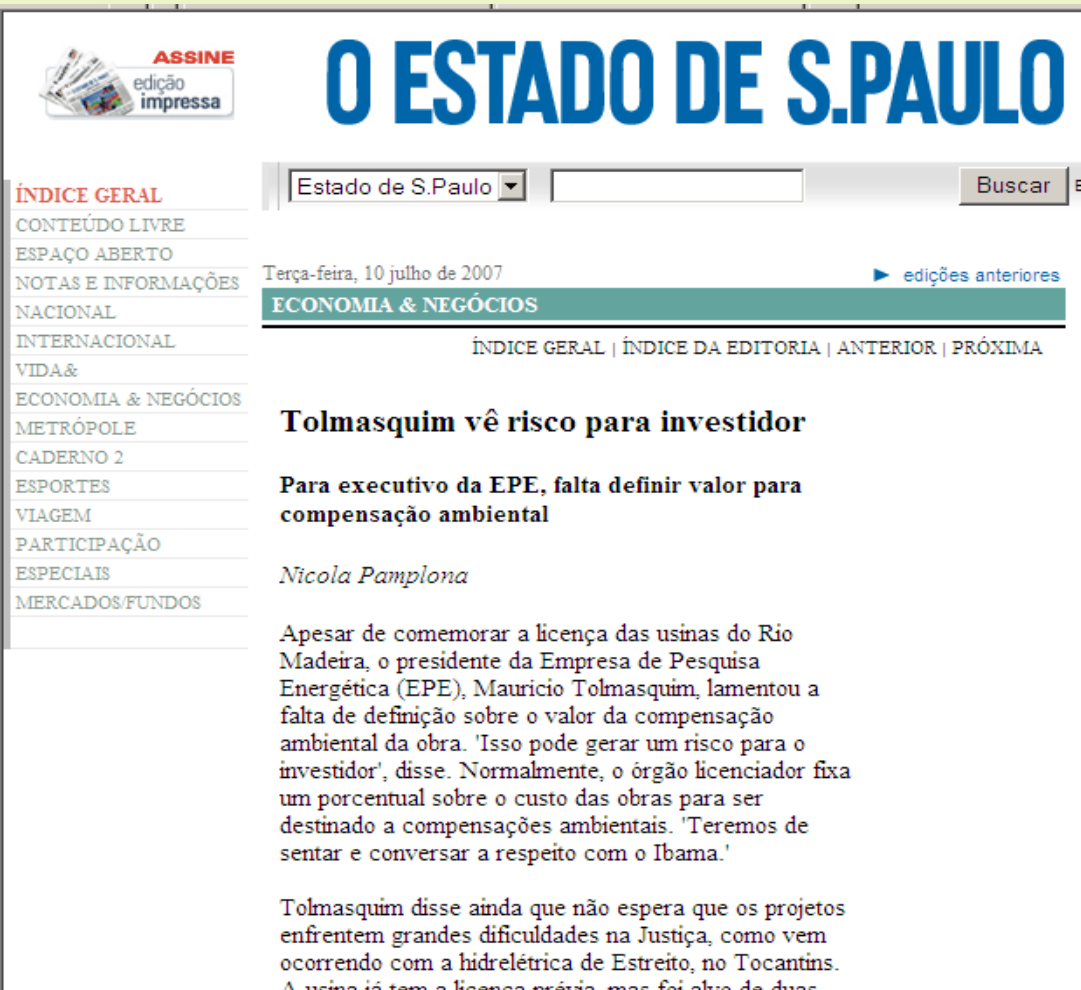


No período de 2001 a 2005 foram recolhidos como compensação ambiental 113 milhões de reais



Fonte: Ibama

Faltou definir o valor da compensação ambiental



ASSINE
edição impressa

O ESTADO DE S.PAULO

Estado de S. Paulo

Terça-feira, 10 julho de 2007 [▶ edições anteriores](#)

ECONOMIA & NEGÓCIOS

[ÍNDICE GERAL](#) | [ÍNDICE DA EDITORIA](#) | [ANTERIOR](#) | [PRÓXIMA](#)

Tolmasquim vê risco para investidor

Para executivo da EPE, falta definir valor para compensação ambiental

Nicola Pamplona

Apesar de comemorar a licença das usinas do Rio Madeira, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, lamentou a falta de definição sobre o valor da compensação ambiental da obra. 'Isso pode gerar um risco para o investidor', disse. Normalmente, o órgão licenciador fixa um percentual sobre o custo das obras para ser destinado a compensações ambientais. 'Teremos de sentar e conversar a respeito com o Ibama.'

Tolmasquim disse ainda que não espera que os projetos enfrentem grandes dificuldades na Justiça, como vem ocorrendo com a hidrelétrica de Estreito, no Tocantins. A usina já tem a licença prévia, mas foi alvo de duas

Nas usinas do rio Madeira, a compensação ambiental pode variar entre 0,5 e 2,0%. O que representa algo entre R\$ 110 e 440 milhões. De 5 a 20 vezes o orçamento anual do Ibama para Unidades de Conservação.

PROPOSTA 5

- Aplicação da Resolução Conama 302/02, que prevê:
 - definição dos limites da Área de Preservação Permanente (APP) por meio de estudo específico
(a norma limita em 100m a Área de Preservação Permanente em áreas rurais e 30m em áreas urbanas)

Área de Preservação Permanente (APP)

Área protegida por lei com ou sem cobertura de vegetação nativa. Tem a função de preservar os rios, a paisagem, as margens dos rios, a biodiversidade, o fluxo genético dos animais e das plantas, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Rio Madeira: Área de Preservação Permanente de 500 metros



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

LICENÇA PRÉVIA Nº 251/2007

relativa aos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, estado de Rondônia, município de Porto Velho, com potências instaladas de 3.150 MW e 3.300 MW, e áreas dos reservatórios de 271,3 km² e 258 km², respectivamente.

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA PRÉVIA Nº 251/2007

2.19. Detalhar, no Programa Ambiental para Construção, passagem que comunique as populações de fauna nas rodovias que fragmentarem ambientes florestados.

2.20. Estabelecer, no Programa de Uso do Entorno, uma Área de Preservação Permanente de no mínimo quinhentos metros (500 m) para garantir os processos ecológicos originais, e evitar efeitos de borda deletérios, conforme a resolução CONAMA 302/02.

2.21. Considerar, no Programa de Compensação Ambiental, o grau de impacto calculado pelo Ibama, a proteção da vegetação de campinarana, a conservação dos ecossistemas de importância regional, a conectividade de paisagens e a implementação de corredores ecológicos onde necessário, para facilitar o fluxo genético da fauna, assim como a dispersão

...Área de Preservação Permanente de no mínimo 500m para garantir os processos ecológicos...

Impacto do impacto

- O aumento da Área de Preservação Permanente (APP):
 - provoca impactos sociais
 - aumenta a quantidade de famílias a ser remanejada
 - aumenta a área a ser adquirida
 - limita o acesso ao reservatório
 - gera custos significativos e dificuldades na fiscalização

Rio Madeira: a área a ser adquirida multiplica por cinco

São Paulo, quarta-feira, 11 de julho de 2007

FOLHA DE S.PAULO **dinheiro**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Condições vão impactar custo, diz Odebrecht

DA SUCURSAL DO RIO
COLABORAÇÃO PARA FOLHA

Ao contrário do que afirmou o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, de que as condições impostas pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) não provocarão aumento nos custos de construção das hidrelétricas do rio Madeira, a construtora Odebrecht diz que haverá, sim, impacto no valor das obras. Segundo Irineu Meireles, diretor de investimentos em infraestrutura da empresa, entre as 33 condicionantes estabelecidas pelo governo, há alterações significativas no projeto anterior, como a previsão de uma área de preservação permanente (APP) de 500 metros ao redor do reservatório, em vez de uma área de 100 metros, como prevê a legislação.

"Os cálculos anexados ao EIA Rima (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente) foram feitos com base nos 100 metros. Teremos de fazer um novo levantamento para saber o número de famílias que terão de ser removidas, o custo de desapropriação e indenização da área adicional. A diferença é significativa: aumenta de 2.000 hectares para 10 mil."

Outra nova condição que trará mais custos, segundo a Odebrecht, é um centro para a criação de filhotes de peixes, o

"Teremos de fazer um novo levantamento para saber o número de famílias que terão que ser removidas, o custo de desapropriação e indenização da área adicional. A diferença é significativa, aumenta de 2 para 10 mil ha."

PROPOSTA 6

- As famílias atingidas pelo empreendimento:
 - precisam ser identificadas previamente
 - devem ter seus direitos respeitados
- As famílias que não estavam no cadastro inicial, apontado pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), não podem ser incluídas como beneficiárias

Previsibilidade dos custos

- 75% dos custos ambientais estão associados à realocação da população*
- Os **custos ambientais podem dobrar** durante o período de construção, principalmente com o aumento do número de famílias reassentadas**
- Na Usina Hidrelétrica Lajeado - TO a previsão inicial era remanejar 1.526 famílias. Foram remanejadas 4.000. Isto é, um **acréscimo de 300%** no custo do programa de remanejamento da população

Fonte: * EPE, 2005

** Ronaldo Serôa da MOTTA, IPEA, 2007

PROPOSTA 7

- O empreendedor não pode assumir responsabilidades do Governo nas regiões onde são construídas usinas

O empreendedor assume o papel do Governo



- Há um conjunto de ações socioambientais que são de responsabilidade do empreendedor, decorrentes da construção da usina e definidas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA)
- **Além destas obrigações**, o empreendedor é instado a construir creches, escolas, postos de saúde, delegacias, matadouros, estações de tratamento de água, asfaltar estradas, fornecer transporte público
- Os custos socioambientais representam 12,1% do valor do empreendimento, em média, e podem chegar a 29,2%*

Fonte: * Conjunto de 15 usinas (período 1998 a 2006). Compilação: Instituto Acende Brasil

Notas: 1. De acordo com o relatório "Análise da situação do licenciamento ambiental das usinas, Custos Socioambientais" da Empresa de Pesquisa Energética, o valor dos custos socioambientais representava 10%
2. O custo para construir uma usina hidrelétrica de 1.080 MW, como Estreito, é de 1 bilhão e 900 milhões de reais

PROPOSTA 8

- Esgotar todas as alternativas de negociação e de investigação antes que sejam estabelecidos processos judiciais

Principais motivos de atuação do Ministério Público

- Exigência de Avaliação Ambiental Integrada (AAI)
- Competência do licenciamento ambiental
- Impactos provocados pelos empreendimentos
- Interferência dos empreendimentos em terras indígenas



Usina Hidrelétrica	Potência (MW)	Motivo
Barra dos Coqueiros	90	Exige Avaliação Ambiental Integrada (AAI)
Caçu	65	Exige Avaliação Ambiental Integrada (AAI)
Cubatão	45	Questiona o Inventário Florestal
Itaocara	195	Deficiência no Estudo de Impacto Ambiental
Itumirim	50	Competência do Licenciamento
Olho d'Água	33	Exige Avaliação Ambiental Integrada (AAI)
Passo São João	77	Exige Avaliação Ambiental Integrada (AAI)
Salto	108	Exige Avaliação Ambiental Integrada (AAI)
Salto do Rio Verdinho	93	Exige Avaliação Ambiental Integrada (AAI)
São Domingos	48	Exige Avaliação Ambiental Integrada (AAI)

PROPOSTA 9

- Rigor na repressão e responsabilização por vandalismo ou atos violentos

Violência constrói?



...ataques ameaçam planos de adiantar conclusão das obras...

São Salvador: ataques ameaçam planos de adiantar conclusão das obras

Movimentos sociais derrubaram quatro vezes torre de transmissão que atendem o empreendimento e cidades próximas. Prejuízo já é de R\$ 1,5 milhão

[18/10/2007] São Salvador: ataques ameaçam planos de adiantar conclusão das obras

[18/10/2007] Furnas terá R\$ 2,6 milhões de RAP para reforços em subestações

Resolve?

A12 | NACIONAL | QUARTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2007
O ESTADO DE S. PAULO

QUESTÃO FUNDIÁRIA

Grupo invade obra em Tucuruí

Manifestantes querem indenização de R\$ 60 mil pelas casas que terão de deixar; usina concorda com até R\$ 8 mi

Carlos Mendes
ESPECIAL PARA O ESTADO
BELÉM

O canteiro de obras das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no sudeste do Pará (a 400 quilômetros de Belém), foi invadido e está ocupado desde a noite de segunda-feira por 500 mora-

Fonte: O Estado de São Paulo, 17 de outubro de 2007

PROPOSTA 10

- A legislação ambiental deve definir em que nível os empreendimentos serão licenciados: federal, estadual ou municipal – Projeto de Lei Complementar PLP 12/03 (regulamentação do art. 23 da Constituição)

Projeto de Lei Complementar – PLP 12/03 foi apresentado em fevereiro de 2003. Em janeiro de 2007, foi apensado o PLP 388/07 enviado pelo Poder Executivo. Os Projetos de Lei encontram-se na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para votação do parecer do relator.

Quem é o responsável pela licença ambiental?

- A Usina Hidrelétrica Peixe Angical ficou 1 ano e 6 meses parada por falta de definição do Órgão Licenciador.
- A Usina Hidrelétrica Tijuco Alto passou a ser licenciada pelo Ibama depois de 12 anos do processo iniciado nos Estados de São Paulo e Paraná.
- Exemplos de Usinas Hidrelétricas que tiveram os licenciamentos ambientais realizados por Órgãos Estaduais, questionados em Ações Cíveis Públicas:
 - 14 de Julho – RS
 - Castro Alves – RS
 - Monte Claro – RS
 - Baguari - MG

Consequências da indefinição

II fórum acadêmico Brasil

ENERGIA & DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS

para reflexão sustentada do setor energético brasileiro

Energia Projeto da CBA para usina no Ribeira do Iguape reproduz, em miniatura, dilemas do desenvolvimento

Hidrelétrica espera licença há 18 anos

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Há 20 dias o governador José Serra vetou um projeto de lei que pretendia declarar o rio Ribeira do Iguape patrimônio histórico, cultural e ambiental do Estado de São Paulo. O veto foi decidido, segundo justificativa de Serra, porque projetos dessa natureza são prerrogativa do Executivo. O projeto do deputado Raul Marcelo (PSOL) seria inconstitucional. O episódio não teve repercussão, mas oculta uma briga de 18 anos entre um gigante empresarial do país, a Votorantim, e um grupo mobilizado de ambientalistas, caiçaras, quilombolas, índios, religiosos e acadêmicos. O foco da controvérsia é a construção de uma hidrelétrica no

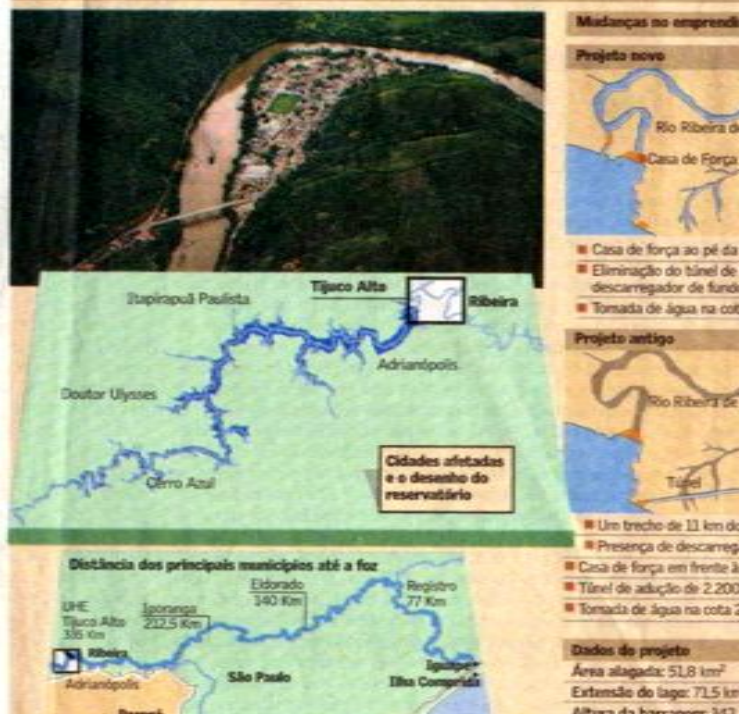
a maior extensão contínua de Mata Atlântica do país — são 2,1 milhões de hectares de florestas, 150 mil de restingas, 17 mil de manguezais e 200 km de costa coberta por matas. Tirata-se de um canto do mapa coalhado de unidades de conservação. A área tem mais de 270 cavernas cadastradas, uma delas a famosa Caverna do Diabo. Por lá estão 12 aldeias guaranis, mais de 80 comunidades caiçaras e a maior concentração de remanescentes de quilombos do Estado. As cidades sofrem êxodo e os Índices de Desenvolvimento Humano são baixíssimos. Para coroar, o Vale foi considerado patrimônio natural da humanidade pela Unesco. Que a região é carente de tudo e precisa de desenvolvimento, ninguém discorda. A questão é que tipo de de-

o nosso rio, e o fechamento irá causar impacto. Nascermos e fomos criados comendo peixe do Ribeira", diz José Rodrigues da Silva, de Ivaporunduba, a mais antiga das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, em Eldorado.

Tijuco Alto tenta decolar desde 1989. Foi quando a CBA anunciou o interesse e fez um EIA-RIMA que foi aprovado pelos órgãos de licenciamento estaduais, o Instituto Ambiental do Paraná, o IAP, e a Secretaria do Meio Ambiente, em São Paulo. Em 1994, a empresa recebeu as licenças-prévias, mas nem deu para comemorar. Naquele meio tempo, a legislação ambiental se tornou menos vaga e definiu que um projeto com impacto em dois Estados deveria ser analisado pelo Ibama. O Ministério Público

Zoom de Tijuco Alto

A hidrelétrica da CBA ficaria na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná



Fonte: Valor Econômico A16 - 17,18 e 19 de agosto de 2007

PROPOSTAS

- 1 Elaborar e licenciar os seguintes Instrumentos de Planejamento: o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e a Avaliação Ambiental Integrada (AAI)
- 2 Melhorar a gestão dos processos de licenciamento ambiental, praticando os prazos previstos na Instrução Normativa 65/2005 do Ibama
- 3 Simplificar os Estudos de Impacto Ambiental e certificá-los por uma terceira parte
- 4 Definir o valor da compensação ambiental ,antes do leilão, fixo em 0,5% do custo do empreendimento, descontado o valor dos programas de mitigação
- 5 Definir em estudo específico os limites da Área de Preservação Permanente (APP), limitados a 100 m para áreas rurais e 30m para áreas urbanas, conforme Resolução Conama 302/02

PROPOSTAS

- 6 Definir previamente as famílias que serão remanejadas e não permitir a inclusão de famílias que não estavam no cadastro inicial realizado durante o Estudo de Impacto Ambiental (EIA)
- 7 O empreendedor não pode assumir responsabilidades do Governo nas regiões onde são construídas usinas
- 8 Esgotar todas as alternativas de negociação e de investigação antes que sejam estabelecidos processos judiciais
- 9 Rigor na repressão e responsabilização por vandalismo ou atos violentos
- 10 Definir em que nível os empreendimentos serão licenciados: federal, estadual ou municipal – PLP 12/03 (regulamentação do art. 23 da Constituição)